

**A MINERAÇÃO QUE QUEREMOS**  
I Encontro Regional Por um Novo Modelo de Mineração  
I Jornada Universitária de Debates na Mineração

**Documento Final**

Os crimes cometidos pela Samarco (Vale/BHP) em Mariana-MG e pela Vale em Brumadinho-MG, seus assassinatos e a destruição ambiental de proporção jamais vista, o terror vivido nas comunidades ameaçadas pelas barragens, o desemprego em massa nas cidades atingidas, a crise fiscal dos municípios e o completo descaso das empresas em reparar as vítimas. Tudo isso nos traz uma certeza: precisamos de um novo modelo de mineração que garanta desenvolvimento social, emprego, vida e justiça.

Se depender do interesse das grandes mineradoras e dos governos, em seus mais diferentes níveis, o atual modelo de mineração não irá mudar, mas sim aprofundar, com a flexibilização cada vez maior da legislação ambiental e de segurança do trabalho, irresponsabilidade social e endividamento público, aumento da participação de capital estrangeiro, migração da produção para regiões que garantam mais lucratividade, terceirização e outras formas de aumento da exploração de seus trabalhadores (as). A mineração segue o caminho do restante da economia nacional, um projeto político e um processo de recolonização, tornando o país cada vez mais desindustrializado, dependente e explorado. Os mais afetados são os operários (as) e o povo pobre, aqueles que são os responsáveis pelos recordes de produção e lucros das grandes mineradoras nos últimos anos.

Aponta no horizonte um futuro sombrio a curto prazo na região mineradora de Minas Gerais. Por isso nossa única saída é apostar na força dos trabalhadores (as) e de nossa organização!

Os grandes acionistas, em sua maioria estrangeiros, provaram da forma mais cruel e por mais de uma vez que não tem condições de garantir uma atividade mineradora sem mortes, exploração e miséria. Acreditamos que a alternativa ao atual modelo passa por exigir punição aos responsáveis pelos crimes cometidos, reparação imediata e integral às vítimas, garantia de empregos com estabilidade para todos operários diretos e indiretos, segurança no trabalho e para as comunidades, investimentos sociais nas cidades atingidas e responsabilidade ambiental, e uma mineração estatal sob controle operário e popular, para que as riquezas da exploração mineral sejam investidas em nosso país e em nosso povo, e que sua administração não fique nas mãos de acionistas sanguessugas e nem de políticos corruptos.

Assim, o I Encontro Regional Por Um Novo Modelo De Mineração e a I Jornada Universitária de Debates na Mineração visou construir um espaço de discussão e proposição acerca de um novo modelo de mineração, fortalecendo a articulação entre os sujeitos que vivem no território da Região Inconfidentes e adjacências (Mariana, Ouro Preto, Congonhas, Itabirito, Ponte Nova, Catas Altas, Barão de Cocais, Brumadinho, Belo Horizonte, Nova Lima, Barra Longa, Itabira,

Santa Bárbara), impulsionando a construção de conhecimentos e de estratégias para o enfrentamento do atual modelo de mineração que destrói vidas humanas e degrada o meio ambiente.

### **Denúncias:**

1. O atual modelo de mineração está imbricado na divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil se posiciona como capitalismo dependente.
2. A dependência econômica é uma das armas dos monopólios da indústria da mineração, colocando toda a população e setores econômicos como reféns de seus interesses;
3. A riqueza é gerada para o capital externo, para os países de capitalismo central, excluindo a comunidade de benefícios e potencialidades dessa atividade;
4. Há aplicação direta do dinheiro por parte das mineradoras para o setor público (educação, saúde, obras de infraestrutura), propiciando alienação e reforço ideológico dessa atividade perante o trabalho, a economia e o emprego na região o que potencializa esse caráter atual de exploração na mineração;
5. O atual modelo de mineração é um espaço de intenso processo de exploração da força de trabalho que gera adoecimento em grande escala física e mental, como também a precarização das políticas públicas.
6. Há uma contaminação por metais pesados de solo, ar, água e da população, conforme relatório da AMBIOS de 2019. Contaminação que figura como risco urgente, ou seja, é indicado que toda população seja retirada do território.
7. Persiste a insuficiência de legislação ambiental e de atuação dos órgãos ambientais na prevenção dos danos decorridos da atividade mineradora. Como exemplo, citamos Mariana-MG, a qual não havia legislação ambiental até o rompimento da barragem, sendo criada posteriormente sem a participação da comunidade.
8. O atual modelo de mineração nega dois elementos essenciais à vida: o ar e água.
9. Apesar de gerador de empregos, o atual modelo de mineração se defronta, a médio e longo prazo, com a sobrevivência das populações locais em seus próprios territórios a partir do crescimento da especulação imobiliária, elevação dos custos de vida, enxugamento dos postos de trabalho e substituição progressiva da mão de obra local por profissionais vindos de fora e desterritorialização antes e depois do rompimento das barragens;

### **Entendemos como novo modelo de mineração:**

1. Fundamental a participação de todos os atores envolvidos nos processos decisórios.
2. Que não seja baseado em projetos de grande porte, priorizando alternativas que minimizem os impactos e os riscos ambientais.

3. Que não sejam implementados empreendimentos em territórios que não tenham mineração.
4. Estatização das empresas mineradoras sob o controle dos trabalhadores (as).

### **Encaminhamentos:**

1. Potencializar a rede de pesquisadores(as) e categorias profissionais acerca do tema (escolas, universidades, conselhos, sindicatos na região). Formar um amplo debate contínuo acerca da precarização no trabalho e nos serviços públicos;
2. Articulação das discussões e organização diretamente com os trabalhadores (as) das empresas e das políticas públicas em seus locais de moradia e de trabalho;
3. Declaração de apoio à luta dos operários da Vale S.A em defesa do emprego, salários e das comunidades atingidas;
4. Declaração de apoio à luta dos (as) operários (as) da CSN Mineração em torno da manutenção do turno de 6 (seis) horas de trabalho;
5. Chamado à construção de uma campanha nacional e plebiscito popular por um novo modelo de mineração, defendendo a reestatização das empresas sob o controle operário e popular.
6. Articulação através dos sindicatos com os (as) desempregados (as) das mineradoras (CSN, Vale, Samarco, etc) em unidade com os movimentos populares locais;
7. Realização de uma jornada estadual por um novo modelo de mineração, que incorpore maior organização com o gabinete de crise, ampliando a participação popular;
8. Iniciar uma jornada pelo direito à água no primeiro semestre de 2020 nas cidades afetadas pela mineração;
9. Fortalecer e construir, a exemplo de Itabira-MG, comitês populares da mineração que sejam compostos pelas organizações operárias e populares, inclusive de desempregados.
10. Atividades de formação acerca dos impactos ambientais do atual modelo de mineração;
11. Criação de Conselhos Municipais para deliberar quanto à aplicação e fiscalização da CEFEM (royalties da mineração);
12. Construir argumentos e pesquisas que confrontem o discurso político e das mineradoras pautado na defesa do atual modelo de mineração.
13. Fortalecer iniciativas como a experiência do Jornal A Sirene que reflitam a disputa de narrativas construída pelos próprios atingidos enquanto articulação de enfrentamento do grande movimento midiático estabelecido pelas grandes empresas mineradoras em torno do falseamento do processo de reparação que vem sendo, ao contrário do que se publiciza, historicamente negligenciado;
14. Fomentar ações coletivas entre as forças e organizações sociais e políticas para disparo conjunto de dados e elaborações fundamentadas nas experiências e mobilização dos atingidos como estratégia de combate midiático;
15. Reivindicar que os reassentamentos dialoguem com as condições de vida, demandas e manutenção do modo de vida dos atingidos que em seus próprios territórios forjaram e construíram seus cotidianos, mas que após o crime do

rompimento da barragem tiveram suas trajetórias locais interrompidas e por essa razão, devem ser os protagonistas nos processos decisórios;

16. Requisitar que haja a publicização acerca da geração e alocação dos lucros das empresas mineradoras e dos processos de adoecimento produzidos nestes espaços de trabalho com a finalidade de poder compreender o real cenário da exploração da atividade minerária e seus desdobramentos sobre a vida dos (as) trabalhadores (as).

Mariana-MG, 06 de novembro de 2019.